

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.490.069 - SP (2019/0111418-5)

AGRAVANTE : COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM
ADVOGADOS : NELSON TAKEO YAMAZAKI - SP065623
LUCIANA PINHEIRO GONÇALVES - SP134498
JULIA STELCZYK MACHIAVERNI - SP256975
IVO MUSETTI RAMOS DE SOUZA - SP247451
AGRAVADO : CONSORCIO ABRIGOS DA LAPA
ADVOGADOS : JANICE INFANTI RIBEIRO ESPALLARGAS - SP097385
ARTHUR NUNES BROK - SP333605
AGRAVADO : CONSTRUTORA CRONACON LTDA
AGRAVADO : CONSTRUTORA MASSAFERA LTDA
AGRAVADO : MÚLTIPLA ENGENHARIA LTDA
AGRAVADO : LOPES KALIL ENGENHARIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO : ANTÔNIO CARLOS DO AMARAL MAIA - SP096807

DECISÃO

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM interpôs agravo de instrumento, em autos de ação de conhecimento contra ela ajuizada pelo Consórcio Abrigos da Lapa e outros para discutir controvérsia acerca de execução de contrato, contra decisão que rejeitou a preliminar de prescrição arguida.

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou provimento ao agravo de instrumento, nos termos da seguinte ementa (fl. 41):

Agravo de instrumento decisão que rejeitou preliminar de prescrição em ação que discute contrato de prestação de serviços de engenharia à CPTM o termo inicial do prazo prescricional é o fim do contrato, que se deu em 2015, ano em que a ação foi ajuizada pouco importa que a demanda verse sobre fatos ocorridos antes do triênio que antecede a propositura da ação, mesmo porque, na espécie, o prazo prejudicial para ajuizamento de ações contra a Administração Pública, seja Direta ou Indireta, é de cinco anos decisão mantida.

Recurso improvido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 72-75).

CPTM interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, alegando violação do art. 206, §3º, V, do Código Civil, pois a ação originária tem por objeto a recomposição do equilíbrio financeiro de contrato administrativo entabulado entre as partes, no que o prazo prescricional a ser considerado é o trienal.

A título de comprovação do alegado dissídio, invoca precedente do STJ.

Sustenta, ainda, afronta ao art. 189 do Código Civil, em razão de ter sido considerado como termo *a quo*, o término da relação contratual quando, em verdade, seria a data dos supostos atos que culminaram com a ausência de pagamento por serviços prestados.

Após o oferecimento de contrarrazões (fls. 80-88), o Tribunal *a quo* negou seguimento ao recurso (fl. 89), ensejando a interposição do presente agravo.

É o relatório. Decido.

Considerando que a agravante impugnou a fundamentação apresentada na decisão agravada, e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

A controvérsia encontra-se centrada na caracterização ou não da prescrição na hipótese dos autos, decorrente da incidência do prazo, quinquenal ou trienal.

O acórdão recorrido enfrentou a controvérsia nos seguintes termos:

O juízo da origem corretamente considerou que o termo inicial do prazo prescricional se inicia com o fim do contrato, em 2015, a despeito da alegação da CPTM de que, como a discussão provocada pelo consórcio agravado se restringiria a questões ocorridas antes do término da avença, não seria este o marco de início do lapso temporal prejudicial à demanda.

Afirma a agravante que a ação estaria fulminada pela prescrição porque foi ajuizada em 16/12/2015, mas se refere a fatos ocorridos antes do triênio precedente a essa data, ou seja, antes de 16/12/2012.

Contudo, isso pouco importa, porque, mesmo que o termo inicial da contagem da prescrição não fosse a data do término do contrato, haveria de se considerar que o prazo prescricional relativamente a contratos celebrados com a Administração Pública, seja ela Direta ou Indireta, não é de três anos, mas de cinco anos, tal como ocorre com as Fazendas Públicas (Municipais, Estaduais e da União).

Destarte, a decisão combatida não merece censura.

E ao enfrentar os declaratórios ainda completou:

Restou claro no aresto que o prazo prescricional pertinente aos contratos celebrados pela Administração Pública Direta ou Indireta não é de três anos, mas de cinco anos, tal como ocorre com relação às Fazendas Públicas Municipais, Estaduais e da União.

Os presentes autos não foram instruídos com cópias de peças da

ação originária, mas somente com as relacionadas ao agravo de instrumento em questão.

Em consulta ao sítio oficial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo verifica-se que a ação tem por objeto a execução de contrato, bem como a regularidade das medições e das paralisações.

A CPTM é sociedade de economia mista, ligada à Administração Indireta, nesse contexto, contra ela o prazo prescricional é, de fato, o trienal, conforme entendimento jurisprudencial desta Corte:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CONTRA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. PRESCRIÇÃO. PRAZO. ART. 206, § 3º, IV, DO CÓDIGO CIVIL. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. PRECEDENTES DO STJ. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC.

1. Cuida-se de inconformismo com acórdão do Tribunal de origem que considerou que o prazo prescricional contra sociedade de economia mista é de 3 anos, previsto no art. 206, § 3º, V do Código Civil.

2. Na origem, trata-se de demanda ajuizada pela construtora recorrente objetivando compelir a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo CDHU a indenizá-la pelos prejuízos decorrentes de desequilíbrio na equação econômico-financeira do contrato celebrado para a construção de 36 casas em conjunto habitacional no Município de Apiaí, em virtude da dilação do prazo das obras, de 10 para 34 meses, com consequente aumento dos custos.

3. Não se configura a ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil quando o Tribunal de origem julga integralmente a lide e soluciona a controvérsia. O órgão julgador não é obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13/8/2007; e REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28/6/2007.

4. Na hipótese dos autos, a conclusão do Tribunal de origem está em consonância com a orientação do STJ, de que as ações movidas contra as sociedades de economia mista não se sujeitam ao prazo prescricional previsto no Decreto-Lei 20.910/1932, porquanto possuem personalidade jurídica de direito privado, estando submetidas às normas do Código Civil. Assim, aplica-se o art. 206, § 3º, IV, do Código Civil de 2002, que estipula o prazo prescricional de três anos para as ações de ressarcimento por enriquecimento sem causa. Destacam-se os seguintes precedentes: EDcl no AREsp 745.598/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 5/2/2016; REsp 1145416/RS, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 17/3/2011).

5. Nesse contexto, a CDHU é sociedade de economia mista, pessoa jurídica de direito privado, não se aplicando o prescrito no art. 1º do Dec. 20.910/1932, próprio dos entes públicos, autarquias e fundações públicas. Esse é o posicionamento do STJ, que recentemente julgou caso semelhante ao presente, envolvendo a recorrida, corroborando o presente entendimento. (REsp 1.687.584/SP, Ministra Assusete Magalhães, 28/8/2017).

6. Verifica-se que o Tribunal a quo decidiu de acordo com a jurisprudência do STJ, de modo que se aplica à espécie o enunciado da Súmula 83/STJ: "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".

7. Recurso Especial não provido.

(REsp 1814089/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/06/2019, DJe 01/07/2019)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO QUE EXPLORA ATIVIDADE ECONÔMICA. PRAZO PRESCRICIONAL. INAPLICABILIDADE DO DECRETO Nº 20.910/32. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

2. A jurisprudência de ambas as Turmas da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça firmou orientação no sentido de que o prazo quinquenal do Decreto nº 20.910/32 não se aplica às sociedades de economia mista concessionárias de serviço público que exploram atividade econômica.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1717961/GO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/10/2018, DJe 24/10/2018)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO. CONSTRUÇÃO DE CONJUNTO HABITACIONAL. PRAZO PRESCRICIONAL. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA.

1. A compreensão esposada pela Corte de origem está em desacordo da pacífica orientação do STJ de que o prazo prescricional quinquenal previsto no Decreto 20.910/1932 não se aplica às pessoas jurídicas de direito privado. Precedentes: REsp 1.608.717/RS, Rel. Min. Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 26.6.2018; AREsp 640.815/PR, Rel. Min. Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 20.2.2018; REsp 1.501.773/RS, Rel. Min. Diva Malerbi - Desembargadora Convocada, Segunda Turma, DJe 12.2.2016; REsp 1.247.370/RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 14.9.2011.

2. A parte recorrente é sociedade de economia mista. Incidência do prazo prescricional previsto no art. 206, § 3º, IV, do Código Civil.

3. Recurso Especial provido.

(REsp 1648042/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 19/12/2018)

Observado que o entendimento aqui consignado, lastreado na jurisprudência, é prevalente no Superior Tribunal de Justiça, aplica-se o enunciado da Súmula n. 568/STJ, *in verbis*:

O relator, monocraticamente e no STJ, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.

Superior Tribunal de Justiça

Nesse panorama, o dissídio alegado também merece acolhida.

N|o entanto, diante da ausência de peças e dados relativamente ao feito originário, para confrontação de datas, não se pode, no âmbito do recurso especial, determinar a incidência ou não da respectiva prescrição.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *c*, do RI/STJ, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial, anulando o acórdão recorrido para determinar o retorno dos autos ao Tribunal *a quo* para analisar a controvérsia frente ao prazo prescricional trienal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator